

# História Ambiental

*Volume 2*

CONSELHO EDITORIAL

Bertha K. Becker (*in memoriam*)

Candido Mendes

Cristovam Buarque

Ignacy Sachs

Jurandir Freire Costa

Ladislau Dowbor

Pierre Salama

José Luiz de Andrade Franco  
Sandro Dutra e Silva  
José Augusto Drummond  
Giovana Galvão Tavares  
(Organizadores)

# História Ambiental

Territórios, fronteiras e biodiversidade

*Volume 2*

Garamond

Copyright © dos autores

Direitos cedidos para esta edição à  
*Editora Garamond Ltda.*  
Rua Cândido de Oliveira, 43  
CEP 20261-115 – Rio de Janeiro – Brasil  
Telefax: (21) 2504-9211  
e-mail: editora@garamond.com.br  
website: www.garamond.com.br

*Revisão* Alberto Almeida

*Projeto gráfico e capa* Estúdio Garamond  
sobre “Baia Vermelha”, foto de Marcelo Ismar Santana

Com apoio da

**Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG**

Rua Dona Maria Joana (travessa da Av. 83), nº 150, Qd. f-14, Lote Área, Setor Sul,  
Goiânia-GO, CEP 74.083-140 | www.fapeg.go.gov.br

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

---

H579

História ambiental: territórios, fronteiras e biodiversidade / organização José Luiz de Andrade Franco, Sandro Dutra e Silva, José Augusto Drummond e Giovana Galvão Tavares. - vol. 2. 1. ed. - Rio de Janeiro : Garamond, 2016.

432 p. : il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 9788576174349

1. Recursos naturais. 2. Meio ambiente. 3. Conservação da natureza. 4. História ambiental. I. Franco, José Luiz de Andrade. II. Dutra e Silva, Sandro. III. IV. Drummond, José Augusto. V. Tavares, Giovana Galvão.

16-32385

CDD: 577.09

CDU: 502.1

---

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

# Sumário

**Prefácio** ..... 7

**Apresentação** ..... 9

## **Parte I. Territórios**

A natureza da nação: o clima e a gente do Brasil (1780-1836) ..... 13

*Lorelai Brilhante Kury*

Fluxos de energia, matéria e trabalho na construção da paisagem  
do Rio de Janeiro do século XIX ..... 35

*Rogério Ribeiro de Oliveira e Joana Stingel Fraga*

Gente pobre, gente rica nas florestas da Amazônia ..... 55

*Paulo Henrique Martinez*

Abrindo trilhas rumo à história ambiental brasileira:  
uma viagem pela geografia histórica ..... 69

*Stephen Bell*

O “sagaz” Bernard Palissy: Gifford Pinchot, George Perkins Marsh  
e as origens do conservacionismo norte-americano em Connecticut ..... 89

*Mark Stoll*

Trabalhando o mundo: reflexões transnacionais sobre a  
história ambiental do trabalho ..... 129

*Stefania Barca*

## **Parte II. Fronteiras**

Ciência e telégrafos no inventário dos recursos naturais da  
fronteira noroeste do Brasil (1907-1915) ..... 159

*Dominichi Miranda de Sá, Magali Romero Sá  
e Nísia Trindade Lima*

Os sentidos de fronteira e o lugar: construindo a baía de Guanabara  
como uma fronteira ambiental ..... 179

*Lise Sedrez*

Território, fronteira e natureza no vale do rio Doce .....201  
*Haruf Salmen Espindola*

Fronteira de Histórias e Paisagens: a região do Guairá ao longo  
dos séculos XVI ao XIX ..... 237  
*Dora Shellard Corrêa*

A fronteira do gado e a história do oeste brasileiro:  
coronelismo, violência e dominação fundiária em Goiás.....259  
*Sandro Dutra e Silva, Talliton Tulio Rocha Leonel de Moura*  
*Francisco Itami Campos*

### **Parte III. Biodiversidade**

Uma produção de sentidos para a araucária  
(sem floresta) no Paraná ..... 287  
*Alessandra Izabel de Carvalho e Robson Laverdi*

Pomicultura e biodiversidade no sul do Brasil..... 315  
*Jó Klanovicz*

O governo federal, a fauna selvagem e as espécies  
ameaçadas nos EUA..... 333  
*Thomas R. Dunlap*

Da carnificina viajante à conservação da natureza no país  
dos macacos: a primatologia no Brasil, séculos XIX e XX..... 361  
*Janaina Zito Losada, Fernanda Cornils, José Luiz de Andrade*  
*Franco, José Augusto Drummond e Vivian da Silva Braz*

História da *Panthera onca* no Brasil:  
entre o terror e a admiração (séculos XVI-XXI) .....393  
*José Luiz de Andrade Franco*

***Sobre os autores***..... 427

## Prefácio

Assim como no caso do volume anterior, organizado pelos mesmos pesquisadores, *Historia Ambiental: Territórios, Fronteiras e Biodiversidade* apresenta um quadro bastante representativo do avanço recente da produção brasileira neste campo emergente do conhecimento histórico. Isto é verdade, inclusive, se considerarmos que vários artigos foram escritos por autores estrangeiros e se referem à temáticas não “brasileiras”. No entanto, são autores que têm vindo ao Brasil e dialogado de maneira recorrente com os pesquisadores locais. O avanço da história ambiental no país passa também por uma presença mais expressiva no debate internacional, incluindo um maior cosmopolitismo temático e a adoção de abordagens comparativas de mais larga escala.

No presente volume, ao meu ver, os organizadores foram muito felizes ao recortar os grandes eixos temáticos que orientaram a escolha dos artigos. Um eixo especialmente fecundo é o de pensar a história ambiental a partir dos territórios. A história humana não acontece no ar, mas sim em espaços definidos. Mesmo os processos de larga escala ocorrem através da articulação de diferentes espaços. Neste sentido, a história ambiental pode ser entendida como um conhecimento “situado”. Os espaços se transformam em lugares e territórios através da experiência concreta das sociedades humanas em sua interação cotidiana com os diferentes seres e ecossistemas presentes no chamado “mundo natural”. Assim, os territórios que a história ambiental trabalha não são abstratos. São territórios sempre cheios e coloridos por inúmeros dinamismos ecológicos. A proposta de trabalhar com territórios cheios – indo além da tendência de pensar a história através de mapas políticos, onde apenas as práticas e instituições humanas preenchem os “vazios” territoriais – já constitui uma importante contribuição da história ambiental para a historiografia contemporânea.

A temática da fronteira é outro campo fértil para a história ambiental. Na verdade, pode-se dizer que foi na historiografia das regiões e das fronteiras que começaram a surgir, especialmente ao longo dos séculos XX, as questões historiográficas que desaguarão, a partir da década de 1970, na história ambiental. Um exemplo marcante no Brasil é o livro *Caminhos e Fronteiras de*

Sérgio Buarque de Holanda, publicado em 1957, que apresenta um estilo de reflexão bem próximo da atual historiografia ambiental. Ao pensar as fronteiras de expansão luso-brasileira nos sertões do Oeste, Holanda trabalhou temas como a materialidade biofísica do território, as múltiplas interações dos seres humanos com as plantas e os animais, as vivências corporais dos chamados “bandeirantes” (como no caso da alimentação e das doenças) e muitas outras discussões afins. De toda forma, as fricções, os encontros e os conflitos presentes nos movimentos de expansão social em direção ao “outro” territorial – com seus lugares, populações e culturas – demarcam situações de grande fecundidade para a análise histórica. Mas é necessário pensar as fronteiras para além do simples avanço socioeconômico. Ou seja, entendê-las como movimentos complexos onde o ecológico, o cultural e o econômico, entre outras dimensões, estão sempre presentes de forma dinâmica e interconectada.

O tema da biodiversidade, por fim, é de enorme importância para pensar a história. O Brasil, neste campo, constitui um caso exemplar. Em primeiro lugar, por apresentar a maior concentração de diversidade biológica em um único território nacional. Calcula-se que o país concentre entre 10 e 20% de todo o estoque de biodiversidade planetária. Mas é necessário considerar também a complexidade das trocas ecológicas que marcaram a configuração biofísica do atual território brasileiro. Basta pensar que grande parte dos animais e das plantas que hoje caracterizam a paisagem de várias regiões deste território – como por exemplo os bois, os cavalos, as galinhas, os porcos, os bodes, a cana de açúcar, o café, o eucalipto e a soja – são espécies exóticas introduzidas ao longo da construção tanto da América Portuguesa quanto do Brasil independente.

Não é possível comentar, no espaço restrito de um prefácio, todos os artigos publicados no presente volume. Mas o leitor poderá observar que, no contexto dos três eixos mencionados, os seus autores exploraram inúmeras e criativas opções de análise, teoria e metodologia. Só posso fazer um convite à leitura e ao debate dos textos, inclusive no contexto das salas de aula. Que eles possam servir de estímulo e de catalizador para um avanço ainda maior da História Ambiental entre nós, pois trata-se de um campo de investigação essencial para iluminar a reflexão coletiva sobre o passado e o futuro da sociedade brasileira e da humanidade como um todo.

José Augusto Pádua

Universidade Federal do Rio de Janeiro



## Apresentação

Este livro dá continuidade a um primeiro volume, por nós organizado e publicado em 2012, intitulado *História Ambiental: Fronteiras, Recursos Naturais e Conservação da Natureza* (Rio de Janeiro: Garamond, 2012). O objetivo de discutir temáticas inter-relacionadas e constitutivas do ainda jovem campo de estudos da história ambiental permanece. Neste volume, novos autores e artigos foram distribuídos em três partes, constantes do subtítulo da obra: territórios, fronteiras e biodiversidade. Estes temas coincidem, *grosso modo*, com os do volume anterior.

A primeira parte, “territórios”, agrupa os artigos que abordam a construção material e simbólica de territórios, os conflitos e a criatividade mobilizados em torno do espaço, da configuração de relações sociais e da percepção e modelagem da paisagem. A segunda parte, “fronteira”, também diz respeito ao espaço, mas reúne os textos que tratam mais direta e especificamente da ocupação da fronteira, compreendida como uma terra livre – ou considerada livre – em processo colonização. A terceira e última parte, “biodiversidade”, traz os textos que focam os mecanismos e estratégias de destruição, de conhecimento e da conservação da biodiversidade.

Os três temas envolvem ou se enquadram nos três níveis da história ambiental descritos por Donald Worster: (i) a natureza propriamente dita, como se organizou e funcionou no passado; (ii) o domínio socioeconômico, na medida em que ele interage com o ambiente natural; (iii) as representações sociais construídas sobre o mundo natural. Os esforços dos autores são direcionados para a ampliação do entendimento de como os seres humanos impactam ou são impactados pela natureza, de como eles a representam e se apropriam dela.

Esta nova coletânea inclui, como a primeira, artigos de pesquisadores reconhecidos no campo da história ambiental brasileira e de outros que vêm se aproximando dela mais recentemente. Reúne autores brasileiros, dois norte-americanos, um inglês e uma italiana. O livro tem o intuito de estimular os debates no campo da história ambiental brasileira, divulgar pesquisas e indagações e promover o conhecimento de autores e a reflexão sobre os seus

objetos de estudo e os seus achados de pesquisa. Esperamos que ele seja tão bem recebido pelos historiadores ambientais como foi o primeiro volume, e que interesse também o público mais amplo de ambientalistas e cidadãos preocupados com as questões ambientais.

Os nossos sinceros agradecimentos ao inestimável apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), que esteve presente na publicação do primeiro volume dessa série e que, por meio do convênio estabelecido com a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior), colaborou com importante fomento, tornando possível a tradução e revisão dos textos em língua estrangeira, bem como o trabalho editorial desta coletânea.

José Luiz de Andrade Franco  
Sandro Dutra e Silva  
José Augusto Drummond  
Giovana Galvão Tavares  
*(Organizadores)*

PARTE I  
TERRITÓRIOS



# A natureza da nação: o clima e a gente do Brasil (1780-1836)<sup>1</sup>

*Lorelai Brilhante Kury*

*O governo pode muito sobre as plantas, pode tudo sobre os homens.  
(José Bonifácio de Andrada e Silva)*

## Introdução

O período em torno da Independência do Brasil (1822) caracterizou-se pela produção de textos que valorizavam o Brasil e os brasileiros. Havia intenso debate, nos meios políticos e dos homens de letras, acerca da possibilidade de construção de uma sociedade considerada civilizada em um lugar tropical, povoado por mestiços, brancos, negros e indígenas. A própria situação geográfica da América portuguesa era vista como empecilho para a realização das atividades ditas “do espírito”. Esta opinião não era nova, mas foi alvo de debate científico e filosófico a partir do momento em que alguns letrados nascidos no Brasil passaram a considerar central o seu pertencimento ao espaço público de uma pátria situada nos trópicos. Além disso, a escravidão africana e a existência de significativo contingente de indígenas geraram reflexões sobre os efeitos da heterogeneidade física e cultural dos habitantes do ultramar na construção de uma civilização no Brasil.

Nessa época, acreditava-se amplamente que o clima dos lugares determinava o caráter de seus habitantes. Desse modo, os aspectos naturais do Brasil eram entendidos como elementos essenciais para a configuração da própria identidade brasileira. As publicações sobre o clima do Brasil e sobre os brasileiros acompanham a formação e a atuação de uma linhagem de naturalistas, homens de letras e administradores, que via nas Luzes uma incitação às reformas, uma maneira de aproveitar racionalmente o poder dos climas quentes, evitando suas armadilhas, mas sabendo explorar seus quase infinitos recursos.

Este artigo aborda o debate sobre as peculiaridades do clima e dos habitantes do Brasil<sup>2</sup> presente em textos científicos produzidos no período que vai das Luzes à primeira geração romântica. Nessa época, a imprensa especializada não

---

1 Agradeço as leituras de Íris Kantor e de Joël Delisle, e as conversas com Marco Morel.

2 A palavra “Brasil” será usada algumas vezes de forma a abranger toda a América portuguesa, incluindo o Estado do Grão Pará e do Maranhão. A unificação de todo o território só ocorreu a partir de 1823.

se constituía e as comunidades políticas, científicas e literárias distinguiam-se apenas parcialmente. Os periódicos circulavam notícias e debates de temas variados. A questão da identidade brasileira – em conjunto com Portugal e depois nacional – foi decisiva para a própria realização da independência política.<sup>3</sup> Num sistema intelectual embasado pela crença na ação determinante do ambiente sobre o físico e o moral do ser humano, as discussões sobre o clima do Brasil e sobre o caráter de seus habitantes se evidenciaram de forma explícita em diferentes situações, sempre estabelecendo relações entre os aspectos naturais e sociais. A questão crucial da escravidão no Brasil também apareceu na imprensa como interseção de fenômenos da natureza e da sociedade. Desse modo, propõe-se aqui interpretar a tensão política e cultural da identidade brasileira à luz de uma experiência intelectual mais ampla: a vivência da tropicalidade.

## Luzes e cultura impressa

A imprensa foi, sem dúvida, um importante meio de formação e consolidação de comunidades letradas, políticas e científicas. No Brasil, o início da imprensa coincidiu com um momento de reviravolta política e simbólica de seu status. Em 1808, quando o Príncipe Regente e sua Corte se estabeleceram no Rio de Janeiro, a Imprensa Régia passou a funcionar nessa cidade. Em 1815, com a elevação do Brasil a Reino Unido com Portugal e Algarve, houve um fortalecimento identitário americano. O espaço público das letras se formou ao mesmo tempo em que se formou uma identidade política brasileira.

Durante a Ilustração, os homens de letras e de ciências luso-americanos se integravam ao universo das instituições portuguesas. As esferas de legitimação e as possibilidades de circulação impressas estavam localizadas em Portugal. A própria formação dos homens de letras e ciências nascidos no Brasil se dava na Europa, principalmente em Coimbra. Os veículos de publicação científica também se situavam fundamentalmente em Portugal, com destaque para as memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa, instituição fundada em 1779.

Homens nascidos no Brasil foram peças-chave na realização da política de modernização de Portugal, iniciada já em meados do século XVIII pelo ministro Marquês de Pombal. Na virada do século XVIII para o XIX, a presença desses brasileiros foi visível em diversos circuitos, notadamente na esfera do ministro Dom Rodrigo de Sousa Coutinho e do naturalista paduano Domenico Vandelli,

---

3 Sobre a história da imprensa e a formação do espaço público no Brasil, ver Marco Morel, *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 – 1840)* (São Paulo: Hucitec, 2005).

diretor do Jardim Botânico da Ajuda. Nessa época, uma das principais iniciativas ilustradas foi a criação da Tipografia do Arco do Cego, em Lisboa, dirigida por Frei José Mariano da Conceição Veloso, naturalista brasileiro. Essa casa de edição<sup>4</sup> foi responsável pela publicação de inúmeras obras ligadas às práticas ilustradas europeias e coloniais de exploração da natureza e desenvolvimento das ciências e das artes. Portugal, nesse momento, confirmava a sua vontade de aderir a um novo modelo de produção e difusão de conhecimento, baseado na circulação de textos impressos e na veiculação de imagens.<sup>5</sup>

Até meados do século XVIII, publicou-se muito pouco sobre a América portuguesa, já que as autoridades coloniais censuravam tudo aquilo que pudesse fornecer às potências europeias informações sobre os produtos coloniais. Um dos exemplos mais marcantes dessa política de segredo que guiava as autoridades portuguesas foi a destruição do livro *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, do jesuíta Antonil (Giovanni Antonio Andreoni), publicado em 1711, por conter informações sobre a localização de riquezas e os métodos de preparo do açúcar. Em 1800, mudara a política com relação à informação impressa: Frei Veloso publicou pelo Arco do Cego trecho do livro de Antonil, intitulado *Extracto sobre os engenhos de assucar do Brasil, e sobre o methodo já então praticado na factura deste sal essencial*.

A mesma editora publicou inúmeras traduções de obras francesas e inglesas, principalmente de história natural aplicada. Além disso, foram publicados manuais de ensino de matemática, náutica, gravura, poesia e obras de caráter mais filosófico. Uma das marcas dos livros publicados por Veloso era o uso intensivo e didático de imagens. A editora buscou adotar as técnicas mais modernas disponíveis.<sup>6</sup> Assim, Luzes e cultura impressa caminharam juntas em Portugal. A transferência da Corte para o Rio de Janeiro e a instalação da imprensa no Brasil alteraram substancialmente a própria possibilidade de se conceber a existência de escritores e público leitor locais, identificados pelo fato de pertencerem à pátria brasileira, e mais tarde à nação. Desde a gazeta *Idade d'Ouro do Brasil* (1811- 1823), baiana, e do jornal *O Patriota*, publicado no Rio de Janeiro em 1813 e 1814, diversas revistas de variedades e de notícias estamparam artigos científicos ao longo do século XIX.

De caráter enciclopédico, o jornal *O Patriota* foi o primeiro periódico publicado no Brasil a conter artigos científicos. Vieram à luz dezenas de textos

4 Ver Fernanda Maria Guedes de Campos (dir.), *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda- Biblioteca Nacional, 1999).

5 Ver Lorelai Kury, "Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)", *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 11, supl. 1 (Rio de Janeiro, 2004), pp. 109-129.

6 Miguel Figueira de Faria, *A imagem útil* (Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2001).

que abrangiam os mais variados temas, tais como medicina, agricultura, viagens, história, política e poesia. Esta miscelânea temática é significativa da cultura da época e demonstra o peso que adquirira a ciência no ambiente cultural do Alto Iluminismo luso-brasileiro, em meio a temas associados fundamentalmente às letras. O seu editor foi o baiano Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, responsável pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, lente de matemática da Academia Militar. *O Patriota* pode ser considerado como uma continuação da política editorial promovida por Frei Veloso na Tipografia do Arco do Cego, sob os auspícios de Dom Rodrigo de Souza Coutinho. As publicações de Veloso já foram descritas como o sucedâneo em Portugal da *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert. *O Patriota* herdou do empreendimento português o caráter enciclopédico, só que, desta vez, o centro irradiador de conhecimento deslocara-se para o Brasil.

No Brasil, as publicações periódicas especializadas em ciências naturais só apareceram na segunda metade do século XIX, com a divulgação das sessões da Sociedade Velosiana, em 1851, e com os *Archivos do Museu Nacional*, em 1876. No caso da medicina, isso ocorreu muito mais cedo. As agremiações médicas e os adeptos de diferentes sistemas de cura circularam muito material em revistas e jornais.<sup>7</sup> Apesar disso, os temas de ciência tiveram representação marcante na imprensa da primeira metade do século, seja nos periódicos médicos, seja nos artigos sobre agricultura, em descrições de viagem, e mesmo na ficção.<sup>8</sup> Sem dúvida, a história natural “aplicada”, como se dizia na época, era a temática mais recorrente, com a onipresença da agricultura, principalmente de questões relativas à cana-de-açúcar e, mais tarde, ao café. Esse foco temático manifesta-se não apenas em órgãos dedicados à “indústria” (fundamentalmente a agrícola), como *O Auxiliador da Indústria Nacional*, iniciado em 1833, mas também em periódicos como *O Beija-Flor* (1830), de variedades, que pretendeu constituir uma alternativa aos jornais de caráter estritamente político.

Fora os periódicos, a Imprensa Régia, que se estabeleceu no Rio de Janeiro a partir de 1808, teve participação decisiva na disseminação dos temas científicos no Brasil. Nas primeiras décadas de sua existência, publicou dezenas de traduções de obras estrangeiras, principalmente de medicina e cirurgia e manuais de instrução matemática. Além disso, muitas obras de utilidade científica, escritas por autores portugueses e luso-americanos vieram à luz nas primeiras

7 Cf. Luiz Otávio Ferreira, “Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827 e 1843”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 11, supl. 1 (Rio de Janeiro, 2004), pp. 93-107.

8 Cf. Flora Sussekind, *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem* (São Paulo: Companhia das Letras, 1990).



décadas de seu funcionamento. Esses títulos serviam fundamentalmente para dar suporte ao ensino superior local, militar e civil, em engenharia, cirurgia e medicina.<sup>9</sup> Os temas relativos ao clima e à constituição física dos habitantes da antiga América portuguesa estiveram presentes na imprensa brasileira que se dedicou às ciências. A questão climática – essencial para a filosofia das Luzes – ultrapassava, no entanto, os interesses particulares de naturalistas ou médicos. Ela esteve presente no próprio rearranjo das configurações políticas e identitárias dos brasileiros.

## Aclimação das Luzes

Em 1836, no período regencial que sucedeu ao reinado de Dom Pedro I, alguns brasileiros publicaram em Paris dois números de uma revista chamada *Nitheroy*, que se tornou um dos marcos simbólicos do Romantismo literário brasileiro. Três nomes importantes da elite letrada brasileira foram os responsáveis pela empreitada: Manuel de Araújo Porto-Alegre, Francisco Salles Torres Homem e o poeta Domingos José Gonçalves de Magalhães. Este último, simpatizante do ecletismo filosófico de Victor Cousin, publicou na revista o artigo *Ensaio sobre a história da literatura no Brasil*. O poeta expressa alguns pressupostos básicos para as suas reflexões sobre a identidade nacional brasileira. Ele abordava o tema essencial da influência do clima sobre as pessoas, tomando-a como fato estabelecido. Sem desenvolver os seus argumentos, remetia o leitor à autoridade de Buffon e de Montesquieu:

Tão geralmente conhecida é hoje esta verdade que a disposição e caráter de um país grande influência exerce sobre o físico e o moral dos seus habitantes que a damos como princípio e cremos inútil insistir em demonstrá-lo com argumentos e fatos, por tantos naturalistas e filósofos apresentados. Aí estão Buffon e Montesquieu que assaz o demonstram.<sup>10</sup>

Segundo o autor, o clima e a natureza do Brasil teriam influenciado a sensibilidade de seus primeiros habitantes. A uma natureza magnífica corresponderia algum tipo de sensibilidade especialmente acurada. Afirmava, assim, que os indígenas brasileiros eram extremamente musicais:

9 Para uma visão de conjunto sobre a imprensa e instituições luso-brasileiras, ver Maria Beatriz Nizza da Silva, *A cultura luso-brasileira* (Lisboa: Editorial Estampa, 1999).

10 Domingos José Gonçalves de Magalhães, “Ensaio sobre a historia da literatura do Brasil. Estudo preliminar,” *Nitheroy. Revista Brasiliense*, t. 1, 1 (1836), pp. 132-159; p. 153.

...este abençoado Brasil com tão felizes disposições de uma pródiga natureza, necessariamente devia inspirar os seus primeiros habitantes; os Brasileiros – músicos e poetas – nascer deviam. E quem o duvida? Eles foram e ainda o são. Por alguns escritos antigos, sabemos que algumas tribos indígenas se avantajam pelo talento da música e da poesia, entre todas, os Tamoios, que no Rio de Janeiro habitavam, eram os mais talentosos.<sup>11</sup>

Quanto aos novos habitantes do país, produziam atividades do espírito que se adequavam de alguma forma à natureza, mas a partir de um processo de ajustamento entre as raízes europeias e a natureza americana: “A poesia brasileira não é uma indígena civilizada; é uma grega vestida à francesa e à portuguesa, e climatizada no Brasil”.<sup>12</sup>

Deste modo, Magalhães aceitava os pressupostos das tradicionais teorias climáticas, mas inverteu a sua polaridade. De fato, a maioria dos que escreveram sobre a natureza brasileira e a musicalidade dos trópicos afirmou exatamente o oposto, inclusive Buffon. O famoso naturalista do século das Luzes fora um dos principais críticos da natureza americana. Entre outros temas, ele buscou explicar o que acreditava ser uma insuficiência canora das aves da América. O clima teria sobre esses animais uma influência nefasta e, além disso, os modelos disponíveis para guiarem os pássaros se restringiam às vozes dos indígenas, que considerava desagradáveis.<sup>13</sup>

Em 1836, já distante do auge das Luzes, o poeta brasileiro teve por referência clássicos do século anterior. As crenças tradicionais foram renovadas também por outros que se indagaram sobre o Novo Mundo. O filósofo Hegel foi um dos que avaliaram negativamente a sonoridade do Novo Mundo. Apoiado nos relatos científicos dos viajantes Johan Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, Hegel opôs calor e som:

Nos pássaros tropicais é portanto o calor que não preserva em si, mas funde e impulsiona para o brilho metálico da cor este ser-em-si, este estado de sua idealidade interna como voz; isto é, o som naufraga no calor. A voz já é na verdade algo mais alto que o som, mas também a voz se mostra aqui nesta oposição ao calor do clima.<sup>14</sup>

11 *Ibidem*, p. 155.

12 *Ibidem*, p. 146.

13 Antonello Gerbi, *La Disputa del Nuovo Mondo. Storia di una polemica (1750-1900)* (Milão: Ricciardi, 1955).

14 Hegel, verbete “O calor”, § 303, *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio: 1830*, vol. II – A Filosofia da Natureza (São Paulo: Loyola, 1997), p.197.

Assim, homens, pássaros e calor articulavam-se organicamente nesse lugar essencialmente tropical, alheio à história e ao desenvolvimento do espírito.<sup>15</sup> O filósofo citava como referência um trecho do relato da viagem de Spix e Martius ao Brasil, realizada entre 1817 e 1820, no qual os viajantes descreviam o bonito canto de um pássaro brasileiro. Eles afirmavam que pode haver certa melodia no canto das aves brasileiras, embora em geral se afirme o contrário. No entanto, acrescentavam: “De resto é imaginável que, se um dia deixarem de ressoar pelas florestas do Brasil os quase inarticulados sons de homens degenerados [os indígenas], também muitos dos emplumados cantores hão de produzir refinadas melodias”.<sup>16</sup>

Spix e Martius sugeriam nesse trecho que as vozes dos animais seriam uma espécie de imitação da fala humana. Nada mais distante da musicalidade atribuída aos Tamoios por Magalhães do que os grunhidos indígenas supostamente observados pelos viajantes. No entanto, apesar dos julgamentos opostos, havia uma concordância: o clima impera sobre a arte, a beleza, o caráter, os costumes e as aptidões dos humanos e dos animais.

Da época das Luzes ao Império do Brasil, o julgamento dos efeitos do clima sobre o Brasil e sobre a sua população constituiu uma tomada de posição política. A questão dos índios é bastante complexa e envolveu temas como a sua utilização como mão-de-obra, na substituição do trabalho escravo africano. A face científica do tema remete às crenças quanto ao determinismo climático, elemento essencial para a filosofia das Luzes, insuficientemente evidenciado pela historiografia.<sup>17</sup> Magalhães chamava a atenção para o fato de os indígenas serem os povos nativos da terra, ou, ao menos, os mais adequados ao clima do Brasil. O próprio viajante Von Martius traçou, em 1824, o perfil moral dos índios da Amazônia como organicamente vinculado à floresta:

Escuro como o inferno, emaranhado como o caos, aqui se estende uma floresta impenetrável de troncos gigantes, desde a foz do Amazonas até muito além do território português em direção a Oeste. [...] Não admira que a alma do índio,

15 Além de várias referências extraídas da obra de Spix e Martius, outros relatos de viajantes ao Brasil são fontes importantes para Hegel a propósito do “retardamento” histórico-cultural dos povos nativos tropicais como produto das condições “adversas” do meio geográfico e biológico. Entre eles constam os textos de Maximiliano de Wied-Neuwied e Henry Koster.

16 Trechos citados por Hegel, verbete “O calor”, § 303, *Enciclopédia das ciências filosóficas...* A primeira edição do primeiro volume da *Reise in Brasilien* é de 1823. Cf. a edição brasileira: J. B. von Spix e C. F. Ph. Von Martius. *Viagem pelo Brasil. 1817-1820*, vol. 1 (Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981), p. 115.

17 Ver David Arnold, *The Problem of Nature, Environment, Culture and European Expansion* (Cambridge, Blackwell, 1996); e Pierre Bourdieu, “Le Nord et le Midi : Contribution à une analyse de l’effet Montesquieu”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 35, L’identité (1980), pp. 21-25.

errando em tal ambiente, torne-se sombria e de tal maneira, que, perseguido pelas sombras da solidão, pensa ver em toda parte criações fantasmagóricas da sua rude imaginação.<sup>18</sup>

O tema da presença africana e de mulatos no Brasil é igualmente complexo e central para a compreensão do período. Alguns autores viam a mestiçagem com naturalidade, mas, com a manutenção da escravidão até finais do século XIX, a questão racial, quando referida aos negros, assumiu características distintas da questão indígena. De todo modo, a produção ilustrada no Brasil tendeu a considerar a existência de uma unidade do gênero humano, mesmo que os negros quase sempre ocupassem lugar de inferioridade nas representações simbólicas da pátria, ao contrário dos indígenas, tratados, por vezes, como fonte de brasilidade.

Até meados do século XIX, a categoria *raça* não operava como pré-requisito para a análise das populações. O que estava em jogo para a demarcação das particularidades de cada povo eram, sobretudo, os costumes, o tipo de dieta e o clima de cada região. No âmbito do referencial teórico neo-hipocrático prevalente, os costumes seriam aquilo que se chamaria atualmente de cultura, acrescida das instituições civis e políticas. A dieta, tudo aquilo que entrava no corpo dos indivíduos, tanto sólidos quanto líquidos. Incluem-se aí o grau de pureza das substâncias e sua ação no metabolismo humano, como calmantes, excitantes, nutrientes, venenos, purgantes, cáusticos. O terceiro fator – o clima – compreendia todo o ambiente no qual cada população está inserida: estações do ano, regime de ventos, temperaturas, grau de umidade, topografia, tipo de terreno, flora e fauna.

A categoria *raça* só passaria a constar como um elemento biológico e apriorístico a partir da segunda metade do século XIX. O “racial turn” no Brasil seguiu grosso modo a cronologia internacional, ou seja, estava claramente definido em torno de 1840.<sup>19</sup> A *raça* tornou-se uma característica essencial quando a escravidão, ou ao menos o tráfico intercontinental, estava em vias de se extinguir. Isto não quer dizer que até então todos os habitantes do planeta fossem considerados iguais, ou que os homens de ciência fossem unanimemente adversários da escravidão africana.

As variedades humanas, até as primeiras décadas do século XIX, eram, em geral, consideradas como decorrência das condições ambientais e geográficas.

---

18 Carl F. Ph. von Martius, “A Fisionomia do Reino Vegetal no Brasil”, *Arquivos do Museu Paraense*, vol. III, 1943, pp. 239-271; p. 246, Trad. de E. Niemeyer e C. Stellfeld. (*Der Physiognomie des Pflanzenreich in Brasilien. Rede zur oeffentl. Sitz. Akad. Wiss. München*, 1824).

19 Mark Harrison, *Climates and Constitutions: Health, race, environment and British imperialism in India, 1600-1850* (Oxford: Oxford University Press, 1999).

Uma das características mais expressivas do pensamento científico das Luzes foi a complexificação da noção de clima e de circunstâncias, que passariam paulatinamente a ser aglutinadas no conceito de meio.<sup>20</sup> Alguns traços das concepções científicas de homens de ciência da Ilustração, como Alexandre Rodrigues Ferreira, Manoel Arruda da Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, exemplificam paradigmaticamente essa ambiência intelectual. Cada um deles mobilizava diferentes argumentos teóricos e variados exemplos, provenientes de situações brasileiras ou de casos relatados por viajantes e funcionários coloniais.

O naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) foi aluno de Domenico Vandelli e realizou uma longa viagem pelo Mato Grosso e Rio Negro, entre 1783 e 1792. Apesar de ter escrito memórias e relatos de suas excursões, este material não foi publicado à época. Ferreira contou com dois desenhistas, que representaram múltiplos aspectos das expedições, inclusive a fisionomia e os costumes de populações indígenas. O motivo pelo qual os resultados de sua viagem permaneceram manuscritos é motivo de debate historiográfico, mas seu caso não é excepcional.<sup>21</sup> O movimento das “viagens filosóficas” idealizado por Vandelli teve resultados desiguais, embora os viajantes tenham passado todos por treinamento técnico e científico para a realização de suas tarefas.

Durante a sua expedição amazônica, Ferreira teve oportunidade de recomendar a guerra contra os índios Mura. Ele acreditava ser útil também o envio anual de pelo menos 1.500 escravos africanos para o Grão-Pará e o Mato Grosso.<sup>22</sup> Apesar disso, do ponto de vista da história natural, ou seja, da descrição física e moral das “variedades” da espécie humana, ele parece ter considerado a cor dos humanos como uma característica circunstancial. Sobre os negros africanos Ferreira escreveu pouco; nunca foram tema central das suas memórias. Já os indígenas brasileiros mereceram descrições cuidadosas, tanto em textos escritos, em função de um mapeamento físico e político da população da América portuguesa, como em reflexões mais teóricas sobre a

20 Georges Canguilhem, “Le vivant et son milieu”, em *La connaissance de la vie* (Paris: Vrin, 1985).

21 Cf. Lorelai Kury, “A filosofia das viagens: Vandelli e a história natural”, *O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli* (Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008); Ângela Domingues, “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no império português em finais do setecentos”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 8, supl. (Rio de Janeiro, 2001), pp. 823-838; e Ronald Raminelli, *Viagens Ultramarinas; monarcas, vassalos e governo a distância* (São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008).

22 Eduardo Galvão e Carlos Moreira Neto, “Introdução”, in Alexandre Rodrigues Ferreira, *Viagem filosófica pelas capitâneas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias – Antropologia*. s. l. (Conselho Federal de Cultura, 1974), p. 19.

espécie humana. A presença africana era relativamente reduzida nas regiões que ele percorreu.

Uma clara linha interpretativa norteava as ponderações de Ferreira sobre a natureza do que ele chamava de selvagens americanos: a crença no papel determinante de causas externas na conformação física e moral dos homens. A passagem a seguir, extraída de uma memória sobre mamíferos da região amazônica, expressa as suas concepções:

A diversidade de sua cor, os diversos lugares em que habita, os seus usos e faculdades corporais, indicam que, como em outros animais, também a sua espécie apresenta variedades. Neste sentido o índio Tapuia é uma delas. Ele é tão homem como o europeu, o asiático e o africano; em razão da diversidade de sua cor e do país de sua habitação, nós pelo nome de sua própria língua os denominamos de Tapuia [...] Os Tapuias não têm outras diferenças senão as que são acidentais ao ser humano.<sup>23</sup>

De maneira diferente de Ferreira, o pernambucano Manuel Arruda da Câmara (1752-1810) publicou diversas memórias em vida. Também ligado aos grupos ilustrados da esfera de Rodrigo de Sousa Coutinho, Câmara teve textos publicados nas *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, pela Tipografia do Arco do Cego e, postumamente, pelo jornal *O Patriota*. Ele pode ser considerado um “agricultor ilustrado”. Médico e naturalista, ele era proprietário de terras e escravos e se envolveu em projetos de aperfeiçoamento agrícola. Fora aluno de Chaptal, em Montpellier, onde se formara em medicina, em 1791. Câmara chegou a homenagear seu mestre com o nome de um novo gênero vegetal: *Chaptalia*, ao qual se refere no *Paládio Português* (1796) e cita, novamente, em nota de artigo sobre o algodoeiro.<sup>24</sup> A química aplicada à agricultura, que se destacou na França, foi um modelo seguido pelo brasileiro.

Em sua tese para a Faculdade de Medicina de Montpellier, Câmara defende a ideia de que a pátria natural dos seres humanos é perto dos trópicos, onde a temperatura exterior é igual a do corpo. Em outras regiões, as pessoas são

23 Alexandre Rodrigues Ferreira, “Observações gerais e particulares sobre a classe dos mamíferos observados nos territórios dos três rios das Amazonas, Negro, e da Madeira: com descrições circunstanciadas, que quase todos eles, deram os antigos, e modernos naturalistas, e principalmente, com a dos Tapuios” in *Viagem filosófica pelas capitânias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias – Zoologia e botânica*. s.l. (Conselho Federal de Cultura, 1972), p. 74.

24 Manoel Arruda da Câmara, *Memória sobre a cultura dos algodoeiros* (Lisboa: Oficina Literária do Arco do Cego, 1799). Reproduzida em Manoel Arruda da Câmara, *Obras Reunidas* (dir. José Antonio Gonsalves de Mello) (Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982).

obrigadas a recorrer à estratégia de se agasalharem, o que não é natural.<sup>25</sup> Além disso, em texto posterior, acrescenta ao argumento a facilidade da alimentação na região intertropical:

Se lançarmos um golpe de vista filosófico sobre a superfície do globo, veremos que os países situados entre os Trópicos parecem ser os únicos destinados pela Natureza para habitação dos homens; pois que só ali é que ele pode viver comodamente sem o socorro d'Arte, e nutrir-se dos inumeráveis frutos que a terra prodigamente lhe liberaliza, e que se não encontram nos países vizinhos dos pólos.<sup>26</sup>

O Brasil passava a ser o lugar natural para se viver, numa clara inversão da literatura até então dominante. Os argumentos de Câmara estão muito longe dos retratos edênicos dos cronistas coloniais; sua base é a química e a história natural, aprendidas nos grandes centros europeus e aplicadas à experiência brasileira de um plantador, criador de gado e senhor de escravos da Capitania de Pernambuco. Ele buscou atuar como um anti-Buffon, opondo-se às ideias do célebre naturalista francês sobre uma suposta inferioridade da natureza do Novo Mundo e sobre a degeneração dos humanos que não vivem em climas temperados.

Ferreira e Câmara, apesar das diferenças de método e de enfoque, buscavam tratar as características da região tropical como naturais. A sua geração foi identificada pela historiadora Maria Odila da Silva Dias como a primeira que buscou adequar os conhecimentos europeus à vida nas terras brasileiras. Dessa experiência advieram, em muitos casos, soluções próprias e originais, adequadas ao meio.<sup>27</sup> Foi justamente por causa desse processo de assenhoreamento das terras brasileiras que a avaliação das influências do clima se tornou um dos pontos básicos sobre o qual esta geração refletiu.

Algumas décadas depois, em período no qual os homens de letras e de ciências se depararam com a construção de uma identidade nacional, a questão ganhou contornos mais nítidos e maior centralidade. Nascido em Santos, na capitania de São Paulo, José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) passou a maior parte da vida na Europa. Ele estudou em Coimbra e fazia parte do grupo de Vandelli. E foi Vandelli que enviou Bonifácio, em 1790, para uma viagem de estudos, principalmente no campo da mineralogia, em diversos países europeus. Bonifácio foi secretário da Academia Real das Ciências de Lisboa, entre 1812 e

25 Câmara, *Obras reunidas...* pp. 80-81.

26 Câmara, *Obras reunidas...* p. 198.

27 Maria Odila da Silva Dias, "Aspectos da Ilustração no Brasil" (1968), em *A interiorização da metrópole e outros estudos* (São Paulo: Alameda, 2005).

1819. Publicou memórias científicas (em francês, inglês e alemão) em importantes periódicos científicos,<sup>28</sup> como o *Journal de Physique, de Chimie, d'Histoire Naturelle et des Arts*, editado por Delamétherie, ou o *Allgemeines Journal der Chemie*, de Leipzig. Escreveu sobre os diamantes do Brasil e outros minerais, sobre a fabricação econômica de chapéus e sobre cascavéis. Conhecido na França como d'Andrada, participou da *Société Linnéenne*, da *Société Philomathique* e da *Société d'histoire naturelle de Paris*. Em agosto de 1790, fez parte da delegação de naturalistas que levou à assembleia nacional francesa uma petição em favor da elevação de um busto de Lineu.<sup>29</sup> Aliás, os vínculos que unem o brasileiro à memória do famoso naturalista sueco foram profundos, principalmente no que se refere às suas considerações sobre a “economia da natureza”. José Augusto Pádua já chamou a atenção para a modernidade do pensamento ambiental de Bonifácio, vinculado a uma tradição iniciada por administradores coloniais, como Pierre Poivre, nas ilhas Maurício, que consistia em racionalizar o uso das florestas a fim de manter a umidade e fertilidade necessárias à agricultura e à criação de animais.<sup>30</sup>

Bonifácio retornou ao Brasil em 1819, já com mais de 50 anos, e logo se envolveu nas disputas políticas que levariam à Independência. Na nascente esfera das artes e das ciências, na qual circulavam os brasileiros, dos dois lados do Atlântico, Bonifácio se alinhava ao grupo próximo do ministro Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, falecido em 1812. Ele chegou a publicar um artigo sobre mineralogia no jornal *O Patriota* e manteve correspondência com um de seus principais redatores, Domingos Borges de Barros. A memória de Bonifácio foi sempre cultuada por homens de ciência brasileiros no século XIX, como é o caso do zoólogo Emílio Joaquim da Silva Maia, um de seus biógrafos.

As referências ao clima e à especificidade das diferentes regiões brasileiras e de seus habitantes aparecem em toda a obra de Bonifácio. Até o seu retorno à pátria, no entanto, as suas reflexões são mais gerais. As suas preocupações se dirigiam em grande parte à administração racional das ciências e das artes. Sem dúvida, havia já em seus escritos a presença do tema das peculiaridades nacionais, mas o foco recaía, sobretudo, na comparação de Portugal com outros países europeus e na necessidade de reformas no âmbito do Império português.

28 Ver *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*, organizadas por Edgard de Cerqueira Falcão, s. l., s. e., 3 vols. (1963).

29 Cf. Pascal Duris, *Linné et la France* (Genebra: Droz, 1993), pp. 81-82 e p. 95.

30 José Augusto Pádua, *Um sopro de destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002), cap. 3. Ver também Richard Grove, *Green Imperialism* (Cambridge: Cambridge University Press, 1995).